



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 18 | Nº. 34 | Jan./Jun. de 2026

Rita de Cássia Bhering Ramos Pereira

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

rita.perira@ufv.br

Márcia Barroso Fontes

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

mbfontes@ufv.br

POPULAÇÃO LGBTQIA+: histórias de opressão e resistência.

RESUMO

O artigo analisa a violência contra a população LGBTQIA+ no Brasil como fenômeno histórico e estrutural, resultante da articulação entre patriarcado, racismo, capitalismo e heterossexismo. A partir de revisão bibliográfica, discute como essas estruturas produzem desigualdades, exclusões e violências que atingem especialmente corpos dissidentes. Utiliza a interseccionalidade como ferramenta analítica para compreender como múltiplas opressões se entrecruzam e se intensificam. Demonstra que o heterossexismo funciona como dispositivo de poder que legitima práticas discriminatórias. Conclui defendendo a necessidade de políticas públicas e ações sociais que enfrentem tais estruturas e promovam cidadania plena.

Palavras-chave: LGBTQIA+; Patriarcado; Heterossexismo; Racismo; Interseccionalidade.

ABSTRACT

This article analyzes violence against the LGBTQIA+ population in Brazil as a historical and structural phenomenon, resulting from the articulation between patriarchy, racism, capitalism, and heterosexism. Based on a literature review, it discusses how these structures produce inequalities, exclusions, and violence that especially affect dissident bodies. It uses intersectionality as an analytical tool to understand how multiple oppressions intersect and intensify. It demonstrates that heterosexism functions as a power device that legitimizes discriminatory practices. It concludes by defending the need for public policies and social actions that confront these structures and promote full citizenship.

Keywords: LGBTQIA+; Patriarchy; Heterosexism; Racism; Intersectionality.

Introdução

O fenômeno da violência contra a população LGBTQIA+ no Brasil possui raízes históricas profundas e está intrinsecamente relacionado aos padrões de comportamento social e moral que estruturam a sociedade brasileira. Contudo, não deve ser compreendido como um acontecimento meramente interpessoal, particular ou restrito às relações entre indivíduos.

Trata-se de uma manifestação violenta que transcende o ato isolado de um agressor contra uma vítima, pois está carregada de simbolismos, inferências e linguagens que refletem estruturas mais amplas de poder, opressão sexual e de gênero. Tais estruturas são sustentadas por normas morais e valores historicamente construídos, os quais orientam a organização social brasileira. Assim, pode-se afirmar que a violência contra a população LGBTQIA+ se configura a partir da opressão de gênero, da repressão das expressões da sexualidade, da imposição de padrões comportamentais e, sobretudo, de uma herança histórica, cultural e social que sustenta a ordem patriarcal.

Desse modo, a violência direcionada às pessoas LGBTQIA+ constitui um fenômeno complexo, historicamente constituído e ancorado em estruturas sociais de dominação que se perpetuam no Brasil. Embora, nas últimas décadas, avanços legislativos e políticas públicas tenham contribuído para ampliar a visibilidade e a proteção dessa população, persistem elevados índices de violência física, simbólica e institucional. Tal continuidade revela a permanência de um padrão social marcado pelo moralismo conservador, pela heteronormatividade compulsória e pela reprodução das desigualdades estruturais.

Como afirmam Borrillo (2010) e Peixoto (2018), a violência contra a população LGBTQIA+ opera-se como um dispositivo ideológico que institui a heterossexualidade como norma hegemônica e legitima práticas discriminatórias contra aqueles que rompem com padrões de gênero e sexualidade.

Dessa forma, compreender as dinâmicas que sustentam essa violência requer situá-la no interior do patriarcado, concebido por Saffioti (2015) como um sistema de dominação-exploração, uma das bases estruturantes da sociedade capitalista, orientando historicamente as relações sociais, regulando corpos, afetos e identidades.

Esse sistema, segundo Oliveira e Rodrigues (2020), articula-se ao racismo e ao capitalismo, atualizando mecanismos de controle e exclusão que se

reconfiguram ao longo do tempo. Do mesmo modo, Quijano (2007) demonstra que a colonialidade do poder organiza-se pela articulação entre gênero, raça e trabalho, constituindo hierarquias que moldam profundamente a vida social, especialmente no contexto Brasileiro.

Nesse quadro, a violência contra pessoas LGBTQIA+ manifesta-se como expressão de uma ordem baseada na heterossexualidade normativa e na defesa da família monogâmica burguesa, estrutura fundamental para a reprodução da propriedade privada e da ordem patriarcal, conforme discutem Leite e Melo (2021).

Essa lógica produz violências que atingem de forma desigual diferentes sujeitos, especialmente aqueles que transgridem normas de gênero e sexualidade, como pessoas trans, travestis, homens gays afeminados e mulheres lésbicas. Dessa forma as violências não se restringem à esfera interpessoal: como analisa Miskolci (2012), corpos dissidentes são historicamente construídos como ameaças à ordem social, justificando dispositivos médico-legais de controle e disciplinamento.

Torna-se, portanto, essencial compreender a violência a partir de uma perspectiva que ultrapasse explicações individualizantes e considere os processos históricos, culturais e econômicos que fundamentam a ordem patriarcal e suas interfaces com o racismo, o capitalismo e a colonialidade.

Todavia espera-se com esta pesquisa compreender de que maneira o patriarcado, o racismo, a colonialidade e o capitalismo atuam conjuntamente na construção histórica do heterossexismo, produzindo e sustentando práticas de violência, exclusão e silenciamento contra a população LGBTQIA+? Esses sistemas de poder negam e deslegitimam a pluralidade das expressões de gênero e sexualidade como parte fundamental da vida humana?

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar as formas históricas que estruturam o heterossexismo, que se fundamenta no patriarcado, impondo dominação, opressão e exploração sobre a vida e os corpos dos sujeitos LGBTQIA+, negando a diversidade sexual e de gênero como dimensão constitutiva da vida humana e familiar, por não ter a finalidade de procriar. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa e analítica, baseada em pesquisa bibliográfica, com o intuito de compreender como essas estruturas perpetuam desigualdades e limitam o exercício pleno da cidadania.

Dessa forma, é de extrema importância a produção de dados sistematizados que permitem compreender como as estruturas patriarcais e heteronormativas produzem desigualdades historicamente naturalizadas. Assim, este estudo se justifica por contribuir para o debate crítico sobre a persistência das opressões estruturais e por favorecer reflexões que fortaleçam políticas públicas e ações sociais voltadas à garantia dos direitos da população LGBTQIA+.

Para uma melhor compreensão da temática, o artigo realizou tanto na primeira quanto na segunda seção pesquisa bibliográfica do tipo revisão integrativa de literatura, com o intuito de reunir conhecimentos e proporcionar um maior aprofundamento quanto à temática pesquisada.

Para isso, a primeira seção aborda “A opressão histórica da população LGBTQIA+”, enfatizando como o patriarcado sustenta dominação e exploração. A segunda seção, “A interseccionalidade como instrumento analítico das opressões estruturais”, analisa a articulação entre patriarcado, racismo, capitalismo e heterossexismo, aprofundando a compreensão das múltiplas formas de opressão.

A opressão histórica da população LGBTQIA+

A opressão, dominação e exploração das pessoas LGBTQIA+ na sociedade capitalista estão diretamente ligadas ao patriarcado, que estabelece o heterossexismo como norma de gênero e sexualidade, fundamentando-se na hegemonia do homem branco e heterossexual. O patriarcado, como sistema de dominação-exploração, acompanha historicamente o desenvolvimento do capitalismo, modernizando-se conforme suas exigências.

Segundo Almeida (2010), o patriarcado surgiu como regime familiar em que o pai exercia poder irrestrito, enquanto Oliveira (2016) destaca que o chefe da família controlava pessoas e bens, reforçando a centralidade da propriedade. Engels (1984) argumenta que a propriedade privada é a base das sociedades de classe, sustentando a família monogâmica burguesa branca e heterossexual como estrutura essencial à reprodução do capitalismo. Assim, a herança da propriedade consolida o patriarcado como forma dominante de organização social (Saffioti, 2015).

No contexto patriarcal, o domínio masculino se articula ao controle da propriedade e da sexualidade, regulando a reprodução e a vida social (Marochi, 2017). Historicamente, homens concentraram poder político, econômico e social,

reforçando relações de desigualdade e legitimando práticas de violência (Moura e Oliveira, 2016). Esse modelo naturaliza a superioridade masculina e autoriza simbolicamente o exercício de poder violento.

As relações patriarcais, portanto, produzem diferentes formas de violência, que ultrapassam o âmbito familiar e atingem qualquer pessoa que contrarie normas de gênero e sexualidade, tornando a população LGBTQIA+ alvo constante dessas estruturas. Como aponta Saffioti (2015), o “contrato sexual” organiza relações nas quais o homem detém autoridade, perpetuando padrões ensinados desde a infância e moldando hierarquias sociais.

Tanto a família quanto o espaço doméstico são permeados por hierarquias que conferem aos homens papel de liderança, socializando os filhos em práticas de machismo (Saffioti, 2015). Essa lógica sustenta também o heterossexismo, que privilegia a heterossexualidade e marginaliza identidades dissidentes. O patriarcado, entendido por Saffioti (2015) como estrutura material de poder, articula-se ao heterossexismo para instituir normas de gênero e sexualidade que legitimam violências.

Com isso, o ideal de família organiza-se historicamente na exploração da mulher e no controle masculino sobre a estrutura familiar (Oliveira e Rodrigues, 2020). Tanto mulheres quanto pessoas que escapam à norma heterossexual e cisgênera permanecem subordinadas a um sistema patriarcal capitalista e conservador, que reproduz desigualdades e papéis sociais excludentes (Costa, 2019).

Mesmo com transformações nas últimas décadas, a divisão sexual do trabalho permanece como pilar da estrutura patriarcal. Mulheres dedicam mais tempo ao trabalho reprodutivo, como cuidados com filhos e tarefas domésticas, enquanto homens mantêm o papel de provedores e de autoridade (Saffioti, 2015). Essa lógica organiza relações afetivas e sexuais, privilegiando a heterossexualidade e deslegitimando outras formas de vivência amorosa e identitária.

Apesar das mudanças na organização familiar, a sociedade contemporânea ainda é marcada por relações interpessoais de violência e dominação, especialmente em regiões e classes menos escolarizadas (Oliveira e Cavalcanti, 2007). Essa estrutura afeta particularmente pessoas LGBTQIA+, cujas

existências rompem com padrões de gênero e sexualidade, tornando-as alvo de discriminação e violências.

A violência emerge quando há resistência à ordem patriarcal, seja por mulheres que questionam a subordinação ou por pessoas LGBTQIA+ que desafiam normas de gênero e sexualidade, reforçando a masculinidade hegemônica (Saffioti, 2015). Relações patriarcais permanecem em grande parte veladas, o que contribui para a percepção de que o patriarcado estaria superado; contudo, ele se reconfigura constantemente, ressignificando machismo e sexismo (Oliveira e Rodrigues, 2020).

A desigualdade de gênero se manifesta tanto no trabalho doméstico não remunerado quanto no mercado formal, com disparidades salariais persistentes, em média, mulheres recebem 20,5% menos que homens (IBGE, 2019). Pessoas LGBTQIA+ também enfrentam exclusão sistemática do trabalho, especialmente travestis e transexuais, que sofrem marginalização e negação de direitos básicos.

O patriarcado incide diretamente sobre as relações sociais ao constituir modelos de masculinidade baseados em padrões sexistas, heterossexuais, cisgêneros e brancos, conferindo aos homens posições de poder e subordinando outras identidades de gênero (Oliveira e Rodrigues, 2020).

Longe de ser apenas dominação masculina, trata-se de um sistema complexo de exploração que se articula ao racismo, ao capitalismo e ao heterossexismo, sustentando relações de poder em diversas esferas e adaptando-se para manter sua funcionalidade. A naturalização dessas desigualdades produz invisibilidade e reforça a idéia de que a subalternidade seria uma condição inata (Cisne, 2015).

Apesar das críticas que apontam a incompatibilidade entre patriarcado e sociedades democráticas, Barbieri (1993) argumenta que o patriarcado corresponde a um período histórico específico e que, na atualidade, restaria o machismo como forma de desigualdade. No entanto, o machismo permanece atuante, assumindo novas formas que preservam privilégios masculinos e hierarquias de gênero, gerando desigualdades, violências, jornadas exaustivas, discriminações salariais e acesso desigual a direitos (Leite e Melo, 2021). Esse sistema afeta mulheres e também sujeitos que desafiam normas de gênero e sexualidade, como gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas não binárias.

Como destaca Saffioti (1987), o patriarcado não se reduz à ideologia machista: trata-se de um sistema de exploração ligado ao campo econômico, enquanto a dominação se inscreve nos âmbitos político e ideológico. Assim, suas relações de poder extrapolam a oposição entre homens e mulheres, alcançando todas as subjetividades que desafiam o ideal normativo masculino, sustentando a heteronormatividade e legitimando práticas de exclusão e violência contra pessoas LGBTQIA+.

Apesar da chamada “autonomia” feminina e das conquistas formais no Estado democrático, o patriarcado permanece atuante em novas formas de dominação, presentes nas relações sociais, instituições e estruturas simbólicas, estendendo-se aos âmbitos político, econômico, cultural e religioso. Essa lógica sustenta o heterossexismo e a cisnormatividade, operando contra corpos que desafiam a norma binária.

Saffioti (1992) critica a definição weberiana de patriarcado restrita à família, defendendo-o como uma estrutura de dominação-exploração que envolve também dimensões políticas e econômicas. Embora autores optem pelo uso da categoria “gênero” para explicar desigualdades, Saffioti (2015) afirma que o patriarcado, diferentemente do gênero, categoria aberta, é um conceito fechado que aponta diretamente para relações de dominação e exploração.

Gayoso e Santos (2019) argumentam que patriarcado e gênero são categorias históricas e relacionais, úteis para analisar fenômenos como homofobia, transfobia e controle das sexualidades. O gênero ampliou a compreensão das desigualdades, incluindo aquelas que atingem pessoas LGBTQIA+, enquanto o patriarcado continua essencial para compreender os mecanismos que sustentam o privilégio masculino e heterossexual.

Saffioti (2015) reforça que o patriarcado é histórico e mutável, e abandonar essa categoria significaria silenciar a dominação/exploração das mulheres, tornando necessário preservar sua dimensão histórica para compreender adequadamente essas relações. Atualizações, porém, são indispensáveis: o patriarcado hoje articula-se ao capitalismo, ao racismo e ao heterossexismo, compondo um sistema interdependente de opressões que produz desigualdades especialmente sobre identidades dissidentes (Cisne, 2015; Oliveira e Rodrigues, 2020).

De acordo com Oliveira e Rodrigues (2020), observa-se uma tendência de desconsiderar essas intersecções entre as relações patriarcais e as dinâmicas capitalistas, bem como entre estas e os sistemas de racismo e heterossexismo, como se tais dinâmicas funcionassem de maneira autônoma e desvinculada da LGBTfobia¹.

Nesse sentido, a ressignificação desses conceitos é fundamental para apreender as dinâmicas contemporâneas de exploração, especialmente quando se reconhece que a LGBTfobia é uma das expressões do patriarcado, pois reafirma o controle sobre corpos e identidades que desafiam o binarismo e a norma heterossexual. Assim, compreender o patriarcado sob uma perspectiva interseccional é reconhecer que ele produz e legitima múltiplas formas de violência contra mulheres, pessoas trans, travestis, gays, lésbicas, bissexuais e demais sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade operando como base estruturante das desigualdades sociais e das práticas de exclusão.

Diante disso, torna-se indispensável avançar para uma análise que considere não apenas o patriarcado isoladamente, mas suas **intersecções** com outros sistemas de poder que atravessam a experiência social de sujeitos LGBTQIA+. A articulação entre gênero, sexualidade, raça e classe não opera como camadas separadas, mas como dimensões simultâneas que estruturam a forma como determinadas populações são vulnerabilizadas, criminalizadas e marginalizadas.

É precisamente nesse ponto que a categoria de intersecção se torna fundamental, pois permite compreender como a LGBTfobia se intensifica ou se modifica quando atravessada pelo racismo, pelo sexismo, pela precarização econômica e pela cisnormatividade. Assim, abrir a discussão sobre intersecções é aprofundar a análise das formas contemporâneas de desigualdade e violência, evidenciando que nenhuma dessas estruturas atua de maneira isolada.

¹ Homofobia refere-se ao ódio, aversão ou hostilidade contra pessoas que expressam desejo ou mantêm relações afetivo-sexuais com indivíduos do mesmo sexo. Envolve rejeição psicológica e social às identidades e práticas que fogem da norma heterossexual (Borrillo, 2010). Já a Lesbofobia e transfobia designam, respectivamente, as violências e discriminações dirigidas a lésbicas e a pessoas trans e travestis, considerando suas especificidades. No que se refere ao termo LGBTfobia esse funciona como uma categoria abrangente que reúne todas as formas de violência, discriminação e preconceito motivadas por orientação sexual ou identidade de gênero, atingindo a diversidade da população LGBTQIA+ (ALRS, 2015).

Interseccionalidade como instrumento analítico das opressões estruturais

Para realizar um diálogo consistente entre as categorias estruturantes da LGBTfobia, faz-se necessário recorrer ao instrumental hermenêutico da interseccionalidade², sensibilidade analítica desenvolvida por Kimberlé Crenshaw (1989). Para a autora, as opressões não podem ser analisadas de forma isolada, uma vez que estruturas como patriarcado, capitalismo, racismo e heterossexismo produzem desigualdades articuladas, que moldam de maneira distinta as experiências sociais de indivíduos marcados por raça, classe, gênero e sexualidade.

Nessa perspectiva, investigar a LGBTfobia enquanto fenômeno social implica reconhecê-la como parte de uma dinâmica estrutural mais ampla, na qual o patriarcado se imbrica com outras formas de opressão, como as de classe e de raça. Compreende-se, assim, que o patriarcado é uma estrutura tão fundante quanto o racismo e a luta de classes, inviabilizando qualquer compreensão das opressões de maneira isolada ou fragmentada.

Compreender o patriarcado, portanto, exige reconhecer sua articulação com estruturas como o racismo, o capitalismo e o heterossexismo, o que reforça a necessidade de abordagens interseccionais na análise das violências que atingem corpos dissidentes da norma heterocispatriarcal.

Contudo, é insuficiente conceber o patriarcado exclusivamente como um sistema que oprime, domina e explora as mulheres, ainda que essa dimensão seja central. É necessário entendê-lo também como uma estrutura que incide sobre diferentes formas de masculinidades e feminilidades, muitas vezes alvos de preconceito e discriminação, e que, por sua vez, são produzidas e reguladas pelo modelo patriarcal-racista-capitalista. Dessa forma, a análise do patriarcado exige uma abordagem que articule raça, classe, sexo e sexualidade, de modo a apreender as múltiplas opressões que estruturam as relações sociais contemporâneas.

² A interseccionalidade, sistematizada por Kimberlé Crenshaw (1989), é uma ferramenta teórico-analítica que busca compreender como diferentes eixos de subordinação como racismo, patriarcado e opressão de classe interagem e produzem desigualdades estruturais. Essa abordagem analisa como marcadores sociais como gênero, raça, etnia e classe se combinam para moldar a posição dos grupos sociais. Além disso, a interseccionalidade também examina como ações e políticas específicas podem gerar formas articuladas de opressão, resultando em dinâmicas contínuas de desempoderamento (Crenshaw, 1989; Assis, 2019).

Embora essas opressões encontrem raízes no sistema capitalista de exploração, suas manifestações são diversas e específicas, em função das particularidades inerentes à heterogeneidade racial, étnica, sexual e de gênero que compõe a classe trabalhadora (Melo e Oliveira, 2016). Assim, o patriarcado, juntamente com a dominação racial, sustenta as bases do capitalismo, uma vez que ambos constituem elementos fundamentais de sua conformação histórica e estrutural. No cerne dessas relações estruturantes encontra-se a figura dominante e opressora do padrão patriarcal, heterossexista e branco, o qual viabiliza e operacionaliza a produção e reprodução das desigualdades sociais.

Nessa perspectiva, a investigação da LGBTfobia como fenômeno social demanda reconhecer a imbricação entre patriarcado, racismo e capitalismo. O racismo, enquanto determinação estrutural da sociedade brasileira, constitui elemento organizador das relações sociais, econômicas e políticas, como afirmam Silva e Santos (2020), ao destacarem que as bases estruturais da sociedade brasileira estão impregnadas de racismo e que este opera como fator que organiza as relações políticas e econômicas do Estado capitalista. As autoras ressaltam que arrancar o racismo estrutural do silêncio é fundamental para deslegitimar a ideologia da “democracia racial”, amplamente utilizada para naturalizar desigualdades históricas e encobrir a violência dirigida à população negra.

Quando aplicamos essa compreensão à população LGBTQIA+, evidencia-se que a LGBTfobia não atua de forma homogênea: ela é profundamente racializada. Pessoas LGBTQIA+ negras enfrentam condições historicamente distintas de vulnerabilização, decorrentes não apenas da norma heterocispatriarcal, mas também da estrutura racista que define quem tem acesso a direitos, cidadania e condições dignas de vida. O racismo estrutural, como aponta Silva e Santos (2020), molda desde o acesso ao trabalho e à educação até as formas de violência e de controle social que recaem de maneira ainda mais intensa sobre corpos negros.

Nesse sentido, torna-se insuficiente compreender o patriarcado apenas como um sistema que oprime mulheres cisgênero. Ele deve ser concebido como uma estrutura que incide sobre múltiplas masculinidades e feminilidades, e que se articula com hierarquias raciais e de classe na produção da desigualdade social. A análise interseccional permite, portanto, apreender como patriarcado, capitalismo e racismo se reforçam mutuamente, configurando um sistema complexo de

opressões que sustenta a LGBTfobia e aprofunda as desigualdades vivenciadas pela população LGBTQIA+ negra.

A exclusão da dimensão racial nos debates contribui para um falso universalismo epistemológico, que constrói as figuras do “homem” e da “mulher” a partir de um referencial único, branco e eurocentrado, apagando as experiências de pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+ e outros grupos historicamente marginalizados.

A realidade social brasileira pode ser analisada a partir de uma perspectiva decolonial que evidencia como diferentes formas de exploração foram articuladas desde o processo colonial: a exploração racial, expressa na escravização de povos africanos e na inferiorização sistemática da população negra; a exploração de gênero, materializada na dominação das mulheres; e a exploração das sexualidades, observada na catequização, no controle moral e no apagamento das identidades indígenas (Leite e Melo, 2021). Esse processo instituiu um modelo eurocêntrico, cristão e heteronormativo que, mesmo após séculos, continua estruturando desigualdades e oprimindo populações negras, indígenas, mulheres e sujeitos LGBTQIA+.

Nessa direção, Quijano (2007) argumenta que a colonialidade do poder se organiza a partir da articulação entre trabalho, gênero e raça. O trabalho refere-se à apropriação da força produtiva e dos recursos naturais, convertidos em propriedade; o gênero envolve o domínio sobre a sexualidade e a reprodução, igualmente submetidas à lógica da propriedade; e a raça é incorporada como princípio de classificação e hierarquização no sistema capitalista eurocentrado. Assim, a análise decolonial amplia a compreensão dos processos de desigualdade ao evidenciar como essas dimensões se entrelaçam na constituição das sociedades historicamente colonizadas, como o Brasil.

É fundamental destacar que o projeto patriarcal implantado no período colonial não se limitou à exploração econômica das terras, mas reforçou e consolidou estruturas sociais de desigualdade, pautadas na dominação masculina, na supremacia branca e na imposição da heterossexualidade como norma hegemônica. Esse arranjo estruturou formas específicas de subordinação que incidem de maneira desigual sobre diferentes grupos sociais. No caso das mulheres negras, um exemplo emblemático da herança histórica das sociedades escravistas,

suas experiências foram marcadas por uma dupla opressão, racial e de gênero, cujos efeitos se estendem da escravidão ao presente, como destaca Davis (2016).

De maneira semelhante, Miskolci (2012) demonstra que há uma interseção histórica entre patriarcado, heterossexismo e racismo, na medida em que negros, mulheres e, posteriormente, os “homossexuais” foram construídos como figuras desviantes e ameaçadoras da ordem social. Segundo o autor, esses grupos passaram a ser alvo de políticas de controle e disciplinamento, sustentadas por discursos médicos, jurídicos e morais que legitimavam sua marginalização.

“...negros, mulheres e os recentemente denominados homossexuais eram vistos como ‘ameaças’ à ordem, daí começaram a ser associados à anormalidade, ao desvio e até mesmo à doença mental. Como seres ‘sob suspeita’, justificavam demandas estatais, sobretudo médico-legais, de controle e disciplinamento” (Miskolci, 2012, p. 39).

A partir dessa compreensão, torna-se inviável discutir o patriarcado e a LGBTfobia sem considerar suas articulações com o racismo e com outros marcadores sociais, como classe e idade. Embora mulheres e pessoas LGBTQIA+ sejam oprimidas pelas dinâmicas patriarcais, essas opressões não se manifestam de forma homogênea: recaem com intensidade distinta sobre mulheres negras e sobre pessoas LGBTQIA+ negras, cujas vivências são atravessadas pelas hierarquias raciais.

Nesse contexto, a estrutura patriarcal, historicamente orientada para preservar a família branca, heterossexual e monogâmica, encontra no racismo um eixo de sustentação que diferencia e hierarquiza corpos, sexualidades e afetos. Assim, o patriarcado incide sobre mulheres brancas e pessoas LGBTQIA+ brancas de modo diferente daquele que recai sobre mulheres negras e pessoas LGBTQIA+ negras.

Nesse sentido, Cisne (2018) aponta que o heterossexismo emerge como categoria ideológica fundamental para a manutenção do patriarcado, ao regular corpos e sexualidades de acordo com padrões considerados legítimos. O patriarcado constitui, assim, o fundamento das práticas de machismo, das violências de gênero e da marginalização das dissidências sexuais.

Diante disso, podemos afirmar que a opressão patriarcal não recai exclusivamente sobre as mulheres, mas também sobre todas as identidades que rompem com a norma heterossexual e cisgênera. A hegemonia do homem branco,

cisgênero e heterossexual sustenta um sistema de dominação que marginaliza e oprime todas as identidades que desviam dos padrões normativos: homens gays, mulheres lésbicas, pessoas bissexuais, trans, travestis e outras subjetividades dissidentes (Leite e Melo, 2016). Esse sistema opera por meio da imposição de normas e regras sociais que excluem, silenciam e reprimem sexualidades e identidades que não se alinham à lógica heteronormativa (Oliveira e Rodrigues, 2020).

Nessa perspectiva, a heterossexualidade deve ser entendida não como mera orientação sexual ou manifestação subjetiva de desejo, mas como dispositivo de poder que normatiza afetos, práticas e relações sociais, legitimando apenas o modelo heteronormativo, considerado como algo natural e universal (Oliveira e Rodrigues, 2020).

Borrillo (2010) contribui para essa análise ao definir o heterossexismo como um sistema de crenças e atitudes que estabelece hierarquias entre sexualidades, atribuindo superioridade e legitimidade à heterossexualidade e classificando as demais como incompletas, desviantes, perversas e, em casos extremos, como criminosas, imorais e ameaçadoras à ordem civilizatória. Trata-se, portanto, de um mecanismo de dominação que legitima a opressão, especialmente à aquelas que desafiam diretamente o patriarcado racista e capitalista como o caso das de pessoas LGBTQIA+.

Como consequência, a dominação patriarcal também se estende à orientação sexual e à identidade de gênero, produzindo controles e hierarquias sobre diferentes expressões de masculinidade e feminilidade. Moura e Oliveira (2016) apontam que a heterossexualidade opera como eixo estruturante do patriarcado ao reafirmar normas binárias de gênero e sexualidade, limitando a expressão plena de identidades dissidentes, como as pessoas trans³e não conformes ao gênero, sustentando um regime de exclusão e violência sistemática.

³ Para Butler (2024), uma pessoa trans é alguém que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer, desafiando o sistema binário de gênero (masculino/feminino) e os papéis de gênero socialmente construídos. Segundo Benevides (2018) “Trans” é um termo utilizado para representar todas as pessoas que nascem no sexo masculino ou feminino, mas não se identificam no gênero que para muitas pessoas corresponderia ao sexo em que nasceram, abrangendo transexuais mulheres ou homens, não binários e travestis.

Nesse sentido, a interseção entre patriarcado, raça e capitalismo constitui a base estrutural da formação histórica da sociedade, evidenciando como as vidas de pessoas LGBTQIA+ são continuamente atravessadas por uma lógica heterossexista. Tal lógica impõe normas de conduta, regula afetos e sexualidades e sustenta a manutenção do modelo de família monogâmica e burguesa como ideal hegemônico.

Assim, a opressão vivenciada pela população LGBTQIA+ está intrinsecamente vinculada à defesa da família monogâmica enquanto fundamento da propriedade privada, organizada dentro de um sistema patriarcal, racista e capitalista (Leite e Melo, 2016). A superação dessas múltiplas opressões exige, portanto, formas de organização contra-hegemônicas capazes de desestabilizar a lógica binária de gênero e sexualidade, bem como os pilares que sustentam a sociabilidade capitalista.

Dessa forma, pode-se afirmar que o patriarcado impõe rebatimentos significativos sobre pessoas LGBTQIA+, sobretudo em decorrência da ruptura que representam em relação às normas sociais fundamentais. Em primeiro lugar, porque desafiam a masculinidade heterossexual hegemônica e a histórica exploração dos corpos femininos, seja por meio do trabalho doméstico não remunerado, seja pela maternidade compulsória. Em segundo lugar, porque tensionam a reprodução da estrutura patriarcal e do modelo de família nuclear monogâmica, base de sustentação do capitalismo (Quijano, 2007). Assim, tanto a quebra da heteronormatividade quanto a desconstrução do modelo familiar tradicional resultam em práticas sistemáticas de opressão, dominação, exploração e violência direcionadas à população LGBTQIA+.

Nesse sentido, pode-se considerar que a própria existência de pessoas LGBTQIA+ constitui uma transgressão aos fundamentos da sociabilidade capitalista, alicerçada na propriedade privada e na família monogâmica heterossexual burguesa (Leite e Melo, 2016). Tais elementos são essenciais à reprodução social do trabalho, viabilizada pelo controle dos corpos, dos gêneros e das sexualidades.

Assim a opressão vivenciada por pessoas LGBTQIA+ no contexto do capitalismo está, portanto, intrinsecamente vinculada à defesa da família monogâmica como pilar da propriedade privada, no interior de um sistema patriarcal, racista e capitalista (Leite & Melo, 2016). Os autores enfatizam que a

conquista de uma emancipação plena requer a construção de uma organização contra hegemônica capaz de questionar a estrutura binária de gênero e sexualidade, propondo novos arranjos sociais orientados pela descolonização do gênero e pela superação das múltiplas opressões estruturais.

Nesse cenário, compreender a formação das estruturas familiares contemporâneas implica analisar como os elementos do patriarcado foram ressignificados e quais permanecem inalterados. Tal análise abrange, entre outros aspectos, a reprodução das desigualdades de gênero, a divisão sexual do trabalho doméstico e as assimetrias de poder nas relações afetivas e familiares.

Assim, faz-se fundamental ampliar a compreensão de patriarcado para além da binariedade de gênero, reconhecendo sua influência nas dinâmicas de poder e na organização familiar em diferentes contextos socioculturais.

Conclusão

A análise realizada ao longo deste estudo permitiu compreender que a violência contra a população LGBTQIA+ no Brasil não constitui um fenômeno isolado, tampouco fruto de comportamentos individuais dissociados de seu contexto histórico e social. Pelo contrário, trata-se de uma expressão concreta de sistemas estruturais de dominação entre patriarcado, racismo e capitalismo que, articulados entre si, produzem e legitimam desigualdades, apagamentos e múltiplas formas de violência.

Assim, o heterossexismo, como norma reguladora das expressões de gênero e sexualidade, opera de maneira decisiva na conformação desses mecanismos de exclusão, reafirmando a cisheteronormatividade como padrão social hegemônico.

Conforme discutido ao longo desse texto, o patriarcado constitui um sistema histórico-social em constante reconfiguração, que se adapta às transformações econômicas e culturais sem, contudo, perder sua função central de manter a hierarquia de gênero, a supremacia masculina e a legitimação da heterossexualidade compulsória. Em sua articulação com o racismo e com o capitalismo, esse sistema aprofunda desigualdades, especialmente entre aqueles que desviam das normas de gênero e sexualidade, tornando travestis, transexuais, gays, lésbicas, bissexuais e demais dissidências corpos vulnerabilizados e alvos preferenciais da violência social, simbólica e institucional.

A interseccionalidade demonstrou-se indispensável para compreender essas dinâmicas, pois evidencia que opressões não atuam de modo isolado, mas como forças simultâneas e entrelaçadas que estruturam as experiências sociais. Nesse sentido, reconhecer que a LGBTfobia se intensifica nas intersecções com o racismo, a precarização econômica e a cisnormatividade é fundamental para dimensionar adequadamente a complexidade das desigualdades enfrentadas por essa população.

Dessa forma, reafirma-se a necessidade de ampliar os debates acadêmicos e políticos que problematizam as bases estruturantes dessas opressões, bem como fortalecer políticas públicas que garantam o acesso à cidadania plena, aos direitos sociais e à proteção contra todas as formas de violência.

A pesquisa aqui desenvolvida busca contribuir, portanto, para a compreensão crítica dos mecanismos que sustentam o heterossexismo e reforça a urgência de estratégias coletivas de enfrentamento às desigualdades estruturais que historicamente silenciaram e marginalizaram a população LGBTQIA+.

Assim, a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e igualitária requer a desnaturalização das estruturas patriarcais e heteronormativas, o reconhecimento da pluralidade das identidades de gênero e sexualidades e o compromisso efetivo com a superação das opressões que moldaram a história brasileira. Somente a partir desse movimento será possível garantir que todas as pessoas, em sua diversidade, vivam com dignidade, liberdade e respeito.

Referências

ALRS- Assembléia Legislativa do Rio grande do sul. **Combater a violência e garantir direitos para população LGBT**. Cartilha LGBT 2015. Disponível em: https://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/ccdh/Combater%20a%20viol%C3%Aancia%20e%20garantir%20direitos%20para%20popula%C3%A7%C3%A3o%20LGBT.pdf. Acesso: 04/11/2024.

ASSIS, Dayane N. Conceição de. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. 57 p. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/554207/2/eBook%20-%20Interseccionalidades.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2025.

BARBIERI, Teresita de. **Sobre a categoria Gênero: uma introdução teórico-metodológica**. Recife, SOS CORPO, 1993.

BENEVIDES, Bruna G. **Gênero – termo ser usado para compreender, analisar e ...** Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2018/01/gênero.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2025.

BORILLO, Daniel. **Homofobia: História e crítica de um preconceito**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 1 ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

COSTA, Renata Gomes da. **Apropriação das mulheres no Brasil: uma análise feminista e antirracista das consequências materiais do capitalismo dependente**. 2019. 290 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 1989, n. 1, art. 8. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 05 ago. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, F. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GAYOZO, B. A. A.; SANTOS, D. F. A.. Patriarcado e capital: uma união letal para as mulheres. **Revista MovimentAção, Dourados, v. 6, n. 10, 2019. Dossiê: Mulheres em movimentos**. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/10932>. Acesso em: 05 ago. 2025.

IBGE. **Em pesquisa inédita do IBGE, 2,9 milhões de adultos se declararam homossexuais ou bissexuais em 2019**. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 25 maio 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019>. Acesso em: 6 maio. 2025.

LEITE, G.; MELO, A.de. Patriarcado, raça e capitalismo: o heterossexismo como padrão de dominação, opressão e exploração de vidas LGBTI. **Emblemas: Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais – UFG/CAC**, v. 18, n. 1, p. 67–80, jan./jun. 2021.

SILVA N. F., SANTOS J. S. Contrarreforma e as implicações para assegurar a saúde integral à população negra em Sergipe. **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social São Cristóvão**, SE: Editora UFS, 2020.

MAROCHI, Ana Claudia. A escolarização e tempo na vida das trabalhadoras/estudantes do CEEBJA de Irati – PR. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. 206p.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume, 2012. (Coleção Queer).

MOURA, I. H. F. de S.; OLIVEIRA, T. V. C.. “Um inimigo em comum”: o patriarcado como categoria explicativa da opressão às mulheres e aos sujeitos LGBT. **Revista Includere**, v. 2, n. 1, 20 jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/6031>. Acesso em: 6 jun. 2025.

OLIVEIRA APG, CAVALCANTI VRS. Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas. **Rev Bras Crescimento Desenvolv Hum** 2007;17(1):39-51.

OLIVEIRA, P. L. L. ; RODRIGUES, R. F. Q. . ORIGEM E CAPILARIZAÇÕES DA LGBTFOBIA: O ESTADO BRASILEIRO E A VIOLÊNCIA LGTBFOBICA. In: **Jailson Alves Nogueira; Lauro Gurgel De Brito. (Org.). Estado, democracias e inclusão social**. 1ed.Mossoró, RN: Edições UERN, 2020, v. 1, p. 1-166.

PEIXOTO, V. B. Violência contra LGBTs no Brasil: premissas históricas da violação no Brasil. **Revista Periódicus: Crimes de ódio e ataques morais contra feministas, LGBTs e defensores de direitos sexuais e reprodutivos**. v. 1 n. 10, 7–23 (2018). Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i10.28014>. Acesso: 01/10/2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GOMÉZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero patriarcado violência**. 2.ed.—São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.

Rita de Cássia Bhering Ramos Pereira

Doutoranda do programa de Pós Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa desde março de 2023. Possui graduação em Economia Doméstica pela UFV concluindo em 2008 e é mestre em Economia Doméstica pela UFV, concluindo em 2012. Foi Bolsista de Iniciação Científica no período de junho a dezembro de 2006 programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica no convenio PIC/CEF/UFV e Bolsista de Iniciação Científica no período de março/2007 a fevereiro/2008 no programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica no convenio FAPEMIG/UFV.

Márcia Barroso Fontes

É doutora em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais. Possui graduação e mestrado em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa. Atualmente é professora do curso de Serviço Social, pesquisadora do programa de Pós-graduação em Economia Doméstica e membro do grupo de pesquisa Famílias, Políticas Públicas, Desenvolvimento Humano e Social? e Trabalho, Sociabilidade e Gênero? da UFV. Tem experiência na área de Família, atuando principalmente nas temáticas relacionadas a Demografia da Família, Políticas Sociais, Economia Domiciliar, Composição e Arranjos Domiciliares, e Trabalho/Família.
